

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA

NEUSIMAR DUARTE DA SILVA

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA INFÂNCIA:
RACISMO INOCENTE?**

Belo Horizonte
2015

NEUSIMAR DUARTE DA SILVA

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA INFÂNCIA: RACISMO INOCENTE?

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em DIVERSIDADE, EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: JOSÉ RAIMUNDO LISBÔA
DA COSTA

Belo Horizonte

2015

NEUSIMAR DUARTE DA SILVA

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA INFÂNCIA: RACISMO INOCENTE?

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: JOSÉ RAIMUNDO LISBÔA DA COSTA

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

José Raimundo Lisbôa da Costa – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

RESUMO

O presente plano de ação teve por objetivo discorrer sobre aspectos relativos à questão da discriminação racial na infância. Ao contrário do que se espera do meio infantil, existe um peso grande de preconceitos que é manifesto de diversas maneiras. As reflexões que se seguem pretendem mostrar esta situação mais de perto com intenção de se chegar a uma conscientização de mudança de mentalidade. Somente encarando o problema de frente, sem auto-piedade e com disposição de superar barreiras, é que se pode chegar a uma vivência mais tranquila, desafiando a todos a aprender a viver com e na diferença, mediante o respeito e o reconhecimento do outro. A partir da literatura infantil, foi abordada a temática com crianças de seis anos.

Palavras-chave: Discriminação racial. Infância. Preconceito. Família. Escola.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	14
Quadro 2	21
Quadro 3	37

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	07
2. INTRODUÇÃO.....	08
3. OBJETIVOS.....	10
4. REFERENCIALTEÓRICO.....	10
5. O ESPAÇO ONDE SE DESENVOLVEU A AÇÃO	13
5.1. A ESCOLA MUNICIPAL: FINS E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	15
5.2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA EMPMA	17
5.3. ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO ESCOLA	18
5.4. DINÂMICAS DO COTIDIANO ESCOLAR	18
6. O PLANO DE AÇÃO FUNDAMENTADO NA LEI 10.639/03	20
7. METODOLOGIA.....	26
8. CRONOGRAMA.....	37
9. AVALIAÇÃO.....	38
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
11. REFERENCIAS	41

1. APRESENTAÇÃO

Graduada em biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, por 13 anos atuei como Auxiliar de Biblioteca Escolar, sendo esta a origem de minha lotação na Prefeitura de Belo Horizonte. A motivação que me levou a buscar o Laseb com a temática *Diversidade, Educação, Relações Étnico Raciais e de Gênero* foi no sentido de melhorar a qualidade de meu trabalho com os alunos na biblioteca e para meu conhecimento pessoal.

Há um ano mudei de função na escola. Estou trabalhando como Gestora Administrativo Financeiro Escolar. Mas continuei vendo a importância de se aprender mais sobre o tema e de poder partilhar o conhecimento adquirido na escola de alguma forma, seja nas minhas relações interpessoais, seja desenvolvendo uma situação com um grupo específico – que no caso são as crianças de 6 anos – abordando a discriminação racial na infância.

Trabalho na Escola Municipal Professor Moacyr Andrade da Regional Venda Nova. Minha experiência maior foi com as crianças do 1º e 2º ciclos, no 2º turno. Com elas eu trabalhava temas variados utilizando a literatura: lendo, motivando a leitura, realizando reconto, encenação e atividades culturais.

E, enquanto trabalhava como auxiliar de biblioteca, nas atividades com as crianças ia observando as palavras, atitudes e reações dessas crianças diante de algumas situações. Pude constatar como existe discriminação racial na infância e o quanto a mesma causa sofrimento para os pequenos, mesmo sem saberem do que se trata.

No início quis trabalhar em biblioteca escolar porque almejava uma atividade tranquila em um espaço agradável, onde eu poderia também enriquecer meu capital cultural. Mas aos poucos fui me dando conta de que trabalhar em biblioteca escolar é muito mais que busca de realização pessoal. Senti a necessidade de participar dos projetos pedagógicos da escola e fazer parte da vida sociocultural das crianças. Fui percebendo que a biblioteca é o coração da escola e é nela que alunos, educadores e comunidade escolar buscam informações, conhecimentos, leituras, entretenimentos e apoio às pesquisas.

Além das atividades de processamento técnico do acervo, empréstimo, devolução e apoio à pesquisa, promovia atividades de incentivo a leitura e culturais.

Aproveitei também para apresentar às crianças os materiais do kit-afro¹ que a escola recebeu. Elas amam e estão sempre procurando histórias que ouviram na biblioteca. Gostaria de saber explorar melhor este acervo, de partilhar mais com as crianças as riquezas de nossas raízes afro-brasileiras.

Por meio da leitura, trabalhava com as crianças alguns temas desafiadores, como diferenças e diversidades em nosso meio. Sou ciente de que, para levantar certas questões, precisamos ter mais segurança e fundamentação teórica. E é isto que busco: aprender.

O título do meu “Plano de Ação é Discriminação Racial na Infância: Racismo Inocente?”. O tema central é Discriminação Racial na Infância. Escolhi este tema pois sinto que a partir da infância é possível sugerir um outro olhar com relação ao respeito à diferença para que a criança não cresça assumindo e perpetuando preconceitos dos adultos com os quais convive.

2. INTRODUÇÃO

Observando crianças em momentos de recreação no pátio da escola, percebi algumas atitudes de discriminação em relação ao outro, como excluir o colega que é negro de brincadeiras; dar preferência para a criança branca quando se vai compor uma dupla; nos famosos piqueniques, nos momentos de recreio, a maioria se agrupa com crianças brancas. As crianças que são rejeitadas, muitas vezes, ficam correndo e, até mesmo, “aprontando” alguma bagunça para chamar a atenção.

Um fator que mexe muito comigo é o olhar triste de uma criança, dando para perceber situações constrangedoras no meio delas. Imagino o que pode estar se passando na cabeça e no coração dos pequenos, se sentindo rejeitados, marginalizados, com a estima baixa em um meio (a escola) em que eles deveriam se sentir iguais. Não iguais no sentido de serem “enformados”, mas iguais no direito de ter direitos, de serem respeitados na diferença. Isso me inquietou, me fez sentir no dever de fazer algo como educadora.

Gostaria de motivar as crianças a se amarem, se valorizarem e a perceberem que somos diferentes sim, mas que precisamos aprender a respeitar as diferenças,

¹ Kit-afro - Livros distribuídos pela Prefeitura de Belo Horizonte para as Escolas Municipais, voltados para a temática das relações étnico-raciais em torno da Lei 10.639/03.

nos aceitar como somos e o outro como ele é. Que todos nós somos importantes e podemos contribuir para que a sociedade seja melhor, cada um com suas dificuldades, limitações, cor, raça, religião e culturas diferentes.

Sei que estou inserida em um contexto desafiador e não vai ser fácil tratar esta questão, pois outros elementos estão envolvidos, tais como a herança familiar, cultural entre outros fatores. Estou decidida a trabalhar esta situação, e não foi por acaso que me sensibilizei por ela.

Em outras faixas etárias, inclusive na vida adulta, nos deparamos com discriminação de raça, gênero e outras. Vou me ater às crianças de 6 anos porque é o primeiro ano do ciclo, sendo os mais novos na escola, e acredito que se tratarmos do assunto na tenra infância, será mais tranquilo lidar com ele quando adultos.

Existem crianças que se apropriam de algumas palavras para brigar, irritar e humilhar outras, como chamar de preto, negro, macaco e outros apelidos de cunho racista. Naquele momento que estão extravasando suas emoções é como se ser negro fosse algo ruim, portanto se sentem vingadas. Se por um lado existem crianças que já sabem como discriminar a outra, talvez sem a noção da profundidade do sofrimento que causam; por outro existem crianças que se sentem diminuídas, com a estima baixa, infelizes com sua cor, seu cabelo, seus traços físicos, por não terem o padrão de beleza imposto pela sociedade, ou seja, brancas, com cabelos lisos e olhos claros. Há ainda crianças brancas que rejeitam crianças negras nas brincadeiras infantis e crianças negras que carregam toda carga de manifestações racistas da escola e da sociedade.

Há que se questionar até que ponto o racismo no meio infantil é inocente, ou seja, será que as crianças somente repetem atitudes dos familiares? Ou será que assimilaram a tal ponto o preconceito dos adultos que sentem certo prazer em discriminar a criança negra e acabam achando normal dizer que o negro é inferior. Segundo Katz (1982, *apud* FAZZY, 2012), não se pode afirmar com certeza que os pais transmitem diretamente preconceitos raciais para seus filhos e coloca como problema a afirmação de que

o desajustamento emocional produz atitudes negativas em crianças e afirma que os achados empíricos sobre a relação entre o processo de formação de uma personalidade autoritária, as técnicas de educação de crianças e a origem do preconceito racial em crianças não pode ser concluído. (KATZ, 1982, *apud* FAZZY, 2012, p. 88)

3. OBJETIVO GERAL

Ajudar as crianças a desconstruírem, gradativamente, as marcas e atitudes de preconceitos e discriminação.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre a origem da discriminação infantil;
- Sugerir mecanismos que incentivem ações antirracistas na escola e sociedade;
- Reeducar alunos, professores e funcionários na busca do respeito às diferenças;
- Possibilitar que os alunos cresçam com postura diferenciada diante de situações cotidianas de racismo, elevando, assim, a estima dos mesmos.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Além dos textos sugeridos por cada disciplina, que deram preciosa contribuição para minha ação e referencial teórico, gostei muito da forma como trabalham o tema FAZZI (2004) e PRAXEDES (2014). Eu me identifiquei com as referidas autoras em muitos questionamentos a respeito do racismo, do preconceito e discriminação racial na infância, e fui dialogando com elas através de seus escritos. Foi muito proveitoso.

O trabalho de Fazzi (2004), que aborda crianças de 7 a 9 anos, parte delas em escolas populares de Belo Horizonte, me despertou a atenção porque meu ponto de observação é também o universo infantil em faixa etária semelhante, sendo o meu recorte crianças de 6 anos. Nesta fase já se percebe as reações e manifestações de preconceito racial entre elas. Iniciei minha reflexão sobre esta temática a partir de uma situação de meu convívio familiar. A criança em questão é filha de mãe da pele branca e pai negro. Ela deixa claro que se parece com a mãe e não quer ser parecida com o pai, nem ter a cor de pele dele.

Continuei a observar atitudes semelhantes nas crianças mais novas (6 anos) da escola em que trabalho. As crianças vão repetindo as atitudes discriminatórias dos adultos com quem convivem, seja em casa, na comunidade ou até mesmo na

escola. Assim, crescem com a ideia de que o negro, o preto é ruim, é sujo, e que o branco é referência de tudo que é bom, de liberdade, de que tudo para ele é permitido.

Se crianças tão novas, a partir dos três anos de idade, já manifestam atitudes de discriminação, é porque esta realidade é marcante no seio de sua família. Com certeza compartilham palavras, atitudes e gestos racistas por parte dos adultos e vão assimilando este jeito negativo de relacionar com o outro, crescendo como se fosse normal ignorar o negro, como se ele fosse menos humano.

O branqueamento é um fator que reforça a questão da discriminação na infância. Pais e familiares afrodescendentes, quando possuem a pele mais clara, se dizem morenos, não aceitam que são negros e passam isto para as crianças. Como relata BENTO (2002), no Brasil o branqueamento é visto como problema do negro que, não se aceitando, procura se identificar com o branco, miscigenar com ele para diluir suas características raciais.

FAZZI (2012) faz associações entre tipo racial e atributos morais. Ela trabalha entrevistando as crianças e se valendo de dinâmica com bonecos negros e brancos. Como resultado ela aponta as práticas de discriminação entre elas, que atribuem adjetivos negativos e pejorativos aos negros. Para Fazzi (2012), as crianças atuam dentro da esfera de um pensamento racial, mas elas têm consciência dele, já que, quando questionadas, demonstram saber que o grupo “negro” é inferiorizado na sociedade.

A intenção não é levantar a questão da discriminação racial na infância por mero capricho ou sensacionalismo, como uma situação conflitiva. Existe uma preocupação com os impactos que vão causar nas crianças pela vida afora. Uma situação iniciada em casa se reforça no ambiente escolar. Daí pensar no problema das relações raciais na escola.

PRAXEDES (2014) fala sobre a repercussão negativa do preconceito étnico-racial na vida de uma pessoa, tanto em família quanto na escola. Segundo a autora, as pessoas se tornam dependentes do que os outros pensam e esperam delas. As expectativas que se tem sobre alguém influenciam o desempenho desta pessoa. Pensando nas crianças e no ambiente escolar, a autora coloca que a forma como vemos e julgamos um aluno interfere em seu desempenho escolar e na construção de sua identidade. E ainda insiste na importância de que todas as pessoas envolvidas no processo educacional devem ficar atentas para perceber como

diferentes formas de discriminação recaem sobre os alunos negros em sala de aula e como acontece, na prática, a interação entre professor e aluno negro. A autora sugere uma reflexão a respeito do currículo e materiais didáticos, discutindo em que medida eles são inadequados para os processos educativos dos estudantes classificados como negros no Brasil.

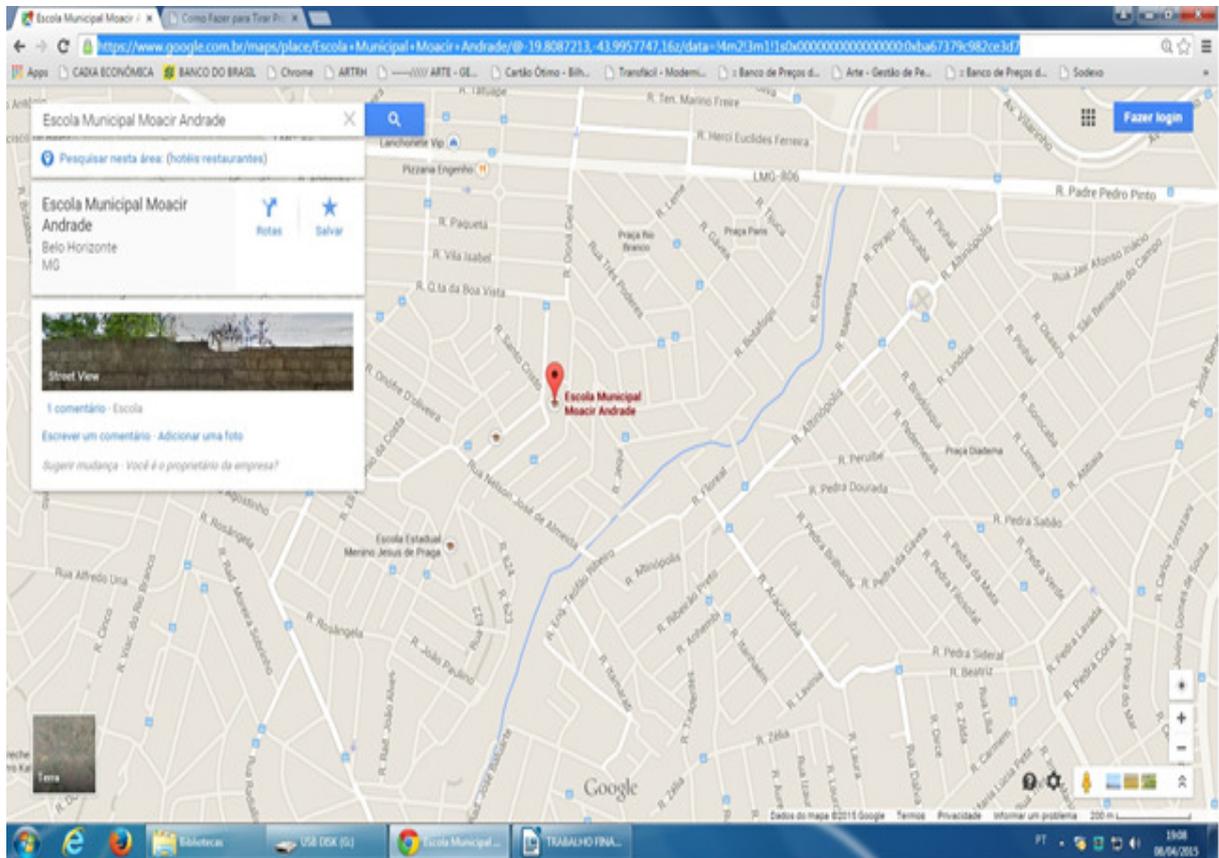
Não tem como não citar GOMES (2002), que aponta como homens, mulheres, jovens, adultos e crianças negras constroem sua identidade dentro e fora do ambiente escolar. A autora afirma que o corpo reflete diferentes padrões estéticos e percepções de mundo. As pinturas no corpo, as maquiagens e penteados tem sentidos e significados diferentes, dependendo de cada grupo que o adota. Segundo Gomes, o olhar sobre o corpo negro na escola nos leva a considerar como professores e alunos, negros e brancos, lidam com os elementos cabelo e cor da pele que, em nossa sociedade, são definidores do pertencimento étnico/racial. A partir desses dois elementos identitários são gerados discursos variados e que muitas vezes levam às situações de discriminação racial.

Outras obras nas quais tenho me apoiado são os livros de literatura infantil do kit-afro, tais como *Menina bonita de laço de fita*, de Ana Maria Machado, *Diferentes*, *Pensando Conceitos e Preconceitos*, de Liana Leão, *O Amigo do Rei*, de Ruth Rocha, *Meninas Negras*, de Madu Costa e outros.

Conversas e observações no cotidiano escolar me levaram a perceber que os professores têm pouco conhecimento a respeito da Lei 10.639/03. São poucos os que trabalham a temática da diversidade racial e cultural entre as pessoas nas atividades pedagógicas, contemplando a Lei 10.639/03. Alguns por insegurança, medo e, talvez, até mesmo por indiferença quando se trata de diversidade racial.

Penso que essa lei deve ser mais divulgada nas escolas, porque, uma vez conhecida, será compreendida sua importância e vai se chegar a práticas espontâneas em desfavor da discriminação racial e ao melhor conhecimento da cultura afro-brasileira. Se houver mais diálogo sobre o tema, busca por conhecimento e troca de experiências por parte dos docentes, a questão da diversidade racial e cultural será incorporada na prática pedagógica.

5. ESPAÇO ONDE SE DESENVOLVEU A AÇÃO



A escola onde atuo e estou desenvolvendo meu plano de ação está localizada no bairro Vila Santa Branca, à Rua dos Caçadores, 93, situada na Regional Venda Nova, Região Norte de Belo Horizonte. O comércio é movimentado, com padarias, açougues, salões de beleza, supermercados, mercearias, sorveterias, lojas variadas, bares e outras conveniências que atendem a necessidade do pessoal. Existem no bairro igrejas católicas, evangélicas, centros espíritas. Enfim, é um bairro vivo que tem de tudo que as pessoas precisam para suprir suas necessidades primárias.

É uma comunidade financeiramente pobre. Parte de sua área geográfica é de grande vulnerabilidade social, existindo aglomerados próximos a grupos rivais. Em momento de conflito acontece o “toque de recolher” por parte dos líderes negativos dos aglomerados. É uma realidade triste. Quando os grupos estão “guerreando”, as crianças vivem momentos de pavor, sendo buscadas na escola a qualquer hora e o comércio local é fechado pelos líderes. A situação é pavorosa, mas os moradores do bairro vão aprendendo a conviver com ela.

Segundo documento produzido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), sobre História de Bairros (2008), um bairro, além de ser uma divisão administrativa da cidade, é também uma divisão oficial para facilitar a comunicação de seus habitantes e a prestação de serviços para os mesmos. É um meio de identificar onde e como as pessoas vivem. De acordo com os organizadores, se vivemos muito tempo em um bairro, temos a sensação de dominar aquele espaço como a nossa própria casa.

Normalmente gostamos de falar e ouvir falar do bairro em que moramos ou em que nascemos. Nesse lugar construímos as relações do nosso dia-a-dia. Andando pelas ruas do bairro, é comum reconhecermos as pessoas que por ali circulam. Perto de casa, cumprimentamos os vizinhos. Na padaria da esquina, conhecemos os produtos. Sabemos os nomes das ruas e o que iremos encontrar nelas. Essas coisas nos fazem “sentir em casa”.

Sobre o bairro Vila Santa Branca, de acordo com o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), 2008 outros nomes figuram na história do referido bairro, como Leblon e Vila Monte Carmelo. Em relação à origem do bairro, contam que a aprovação do bairro em Belo Horizonte é de 1976. Porém, o Parque Jardim Leblon existia no município de Santa Luzia desde 1950, por isso, em 1992, parte do loteamento denominado Vila Santa Branca se une ao bairro Leblon.

Quadro 1 - Divisão dos bairros populares da regional Venda Nova

1. Maria Helena	11. Minascaixa	21- Vila Copacabana	31. Rio Branco
2. Nossa Senhora Aparecida	12. Vila Serra Verde	22- Vila Satélite	32. Candelária
3. Vila Mantiqueira	13. Conjunto Serra Verde Vila Copacabana	23. Jardim Leblon	33. Venda Nova
4. Nova América	14. Vila Santa Mônica	24. Letícia	34. Parque São Pedro
5. Flamengo	15. Lagoa	25. Vila SESC	35. São João Batista

outras dependências administrativas. Em 1991 houve a implantação do 3º turno, contemplando a suplência – educação de jovens e adultos – que visava atender uma demanda da rede municipal. Em 1995, atendendo reivindicação dos pais, implantou-se a extensão de série. Para viabilizar essa expansão foi construído um bloco com 5 (cinco) salas de aula, um laboratório de ciências e dois banheiros. Essa expansão trouxe uma mudança na caracterização da escola em todos os aspectos.

Nessa trajetória, a escola realizou grupo de estudo, encontros congressos, seminários e cursos de reciclagem dentro e fora da escola.

Atualmente a escola se expandiu um pouco mais em termos de número de salas e atendimento á comunidade escolar. No total são 18 salas de aula, 1(um) laboratório de informática, 3 (três) salas para Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), 1 (uma) sala para o Programa Saúde na Escola (PSE), 1 (uma) brinquedoteca, 1(uma) mecanografia, 1 (uma) secretária, 1 (biblioteca), 1 (uma) sala para a caixa escolar, 1 (uma) sala para direção, 1 (uma) sala para coordenação pedagógica, 1 (uma) sala para os professores, 1 (uma) cantina, 1 (uma) quadra coberta e 1 (uma) quadra descoberta, 1 (um) auditório, 5 banheiros, e, externo à escola, uma casa locada para atender ao Programa Escola Integrada.

No que tange o pedagógico, hoje atende crianças a partir dos 6 anos de idade no ensino regular diurno, e no noturno além do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), criou-se o Floração para atender os alunos fora da faixa etária que não acompanharam o seu ciclo de estudo. Aos finais de semana a escola funciona com o Programa Escola Aberta. Para o ano de 2015, a escola iniciará trabalhando com os novos Programas, o EJA Juvenil e EJA Múltiplas idades, que visa atender a toda demanda de faixa etária.



5.2. OBJETIVOS GERAIS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS E.M.P.M.A

OBJETIVOS GERAIS

- A - Promover a melhoria da qualidade do ensino/ aprendizagem mediante a implantação e execução do Projeto Político Pedagógico;
- B - Garantir a viabilização da Escola e a participação de todos, construindo, assim, uma escola democrática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a qualidade de ensino e a capacitação dos profissionais da escola;
- Promover integração escola/comunidade;
- Dinamizar os recursos da caixa escolar;
- Ampliar os recursos materiais;
- Promover a valorização dos professores, funcionários e alunos;
- Melhorar a rede física da escola.

Como podemos perceber, tais objetivos, geral e os específicos, visam abrir espaços mais amplos no sentido de incorporar contribuições dos diversos seguimentos em decisões. Por outro lado, todos se responsabilizam por tomada de decisões coletivas.

5.3. ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO ESCOLAR

Na prática, a escola trabalha com o aluno dentro de um enfoque humanista/filosófico que irá instrumentalizá-lo para uma participação mais ativa no processo de construção do conhecimento, análise crítica da noção do tempo e do espaço em que vive, da capacidade de se comunicar com os outros de forma adequada e de avaliar não só o seu trabalho, mas todo o processo que o cerca, seja na escola ou na sociedade. Ele será o sujeito da sua história e não o espectador.

A escola adota uma metodologia que enfatiza a descoberta dos princípios numa ação questionadora que possibilita a construção do conhecimento, permitindo o desenvolvimento do raciocínio lógico por meio de habilidades de observação, relação, reflexão, análise e síntese.

A escola cuida, também, para que a aprendizagem parta do concreto, da experiência de vida dos alunos, dos conhecimentos que eles detêm, a fim de que ele construa o saber científico, e assegure a compreensão e o desenvolvimento de todos os aspectos: social, afetivo, psicomotor e cognitivo de forma equilibrada e global.

5.4. DINÂMICAS DO COTIDIANO ESCOLAR

A -- Criar um sistema de acolhida a ser realizado na entrada e durante o recreio com emissões diárias de mensagens positivas de valorização do homem, da vida, da família, da disciplina da escola, etc;

B - Execução de músicas clássicas e instrumentais de culturas diferentes durante os turnos;

C - Valorizar o momento cívico para despertar o espírito de cidadania;

C - Implantar um sistema de trabalho temático (conhecimentos gerais);

D - Realizar feiras culturais;

E - Organizar olimpíadas estudantis envolvendo outras escolas;

F - Promover excursões de caráter formativo e informativo;

G - Organizar concursos literários, fotográficos e artísticos de um modo geral, dentro de temas estudados com a participação dos alunos e professores;

H – Criar, durante o ano letivo, várias oficinas com os alunos e, duas vezes por ano, estendê-las à comunidade. Oficinas tais como:

- pintura;

- tapeçaria, tricô, crochê e bordado;

- madeira;

- silk;

- argila;

- culinária;

- teatro;

- dança;

- artesanato;

- alimentação alternativa;

- de beleza: maquiagem, pintura, postura, cabelo, e higiene corporal;

- *tai chi chuan*, meditação, ioga e capoeira.

Para que as atividades citadas acima sejam desenvolvidas com eficiência e profissionalismo, a escola precisa, além do envolvimento de todos os profissionais da escola, de pessoas comprometidas e interessadas com formações específicas nas diversas áreas (pessoas de outras entidades, outras escolas, do CAPE, da comunidade, entre outros) e de materiais específicos para o desenvolvimento dessas atividades.

O funcionamento da escola acontece em três turnos. O primeiro turno atende dezoito turmas de alunos do 5º ao 9º ano; o segundo turno atende dezoito turmas de alunos do 1º ao 4º ano e o terceiro turno quatro turmas de EJA adulto e EJA múltiplas idades. No diurno há um professor referência e um professor de apoio para cada turma, além da disciplina de educação física que é tão querida pela maioria dos alunos. No noturno apenas um professor para cada turma citada.

A escola tem o cuidado de fazer com que a família participe da vida escolar dos filhos. Trimestralmente faz reuniões para conversar sobre rendimento dos

alunos, e no cotidiano escolar vai solicitando a presença daqueles pais dos alunos que demandam atenção especial. Existem projetos de incentivo aos alunos, denominado “Aluno destaque”, parabenizando todos aqueles que conquistaram conceito **A** em todas as disciplinas. Esse projeto motiva os demais a buscarem superação nos conceitos baixos.

Na escola são realizadas entre duas e três Assembleias Escolares anuais e mensalmente tem reunião do Colegiado Escolar com participação de pais, alunos, professores, funcionários e representantes da comunidade escolar. O objetivo das reuniões do colegiado é tratar, de maneira conjunta, de assuntos relacionados às demandas da escola de maneira geral e discutir, avaliar, autorizar e referendar as aquisições e contratações de pessoal para a caixa escolar. Além disso, também acompanha a utilização das verbas destinadas à escola.

6. O PLANO DE AÇÃO FUNDAMENTADO NA LEI 10.639/03

A Lei nº. 10639/03, sancionada em 09 de Janeiro de 2003, pelo Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra nas áreas sócio, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Em seu artigo *Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação*, Luiz Fernandes de Oliveira comenta que a publicação da lei pelo poder executivo federal e sua regulamentação pelo Conselho Nacional de Educação, garantiu a inclusão do artigo 26-A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A educação brasileira, as escolas e os professores vêm sendo desafiados a incluir nos currículos uma nova leitura sobre o lugar da África na história da humanidade e o papel dos afrodescendentes no Brasil, não mais estigmatizados e nem postos à margem da história oficial. Concordo com o autor quando o mesmo afirma que as novas diretrizes não estão mobilizando os professores somente na discussão de como incluir nos currículos o novo artigo da LDBEN, mas indo além, apresentando aspectos mais profundos do ponto de vista da formação docente e

das subjetividades dos professores que exigem pensar uma perspectiva não mais tradicional de práticas de ensino, a partir de contextos multiculturais, em que se encontram questões referentes às identidades étnicas.

Foi aplicado um questionário para 15 professores do ensino fundamental com objetivo de coletar dados e informações relativas à implementação da lei 10.639/03 na Escola Municipal Professor Moacyr Andrade. Dos 15 questionários distribuídos somente 08 retornaram com contribuição dos professores. Penso que este retorno pode ser devido ao pouco conhecimento a respeito da referida Lei. Alguns primeiro tomaram ciência do conteúdo e depois se desculparam por não poder contribuir, cada um com seu motivo. Falta de tempo de um; não estar trabalhando o assunto este ano, motivo de outro; esquecer-se de devolver a folha, e por aí vai.

Foram elaboradas 13 questões para mapear a relação dos professores com a Lei 10.639/03 e sua aplicação na escola onde trabalham, que é a escola acima citada.

QUADRO 2 – Perfil dos entrevistados

	IDADE	COR DECLARADA	NIVEL ESCOLARIDADE	TEMPO DOCÊNCIA	ATUAÇÃO
PROF. 1	46	PARDA	SUPERIOR	26	ENS. FUND.
PROF.2	47	NEGRA	SUPERIOR	20	ENS. FUND.
PROF.3	-	BRANCA	MESTRE	11	ENS. FUND.
PROF.4	42	PARDA	SUPERIOR	18	ENS. FUND.
PROF.5	46	BRANCA	SUPERIOR	16	ENS. FUND.
PROF.6	43	PARDA	SUPERIOR	17	ENS. FUND.
PROF.7	33	PARDA	SUPERIOR	12	ENS. FUND.
PROF.8	49	BRANCA	SUPERIOR	15	ENS. FUND.

Ao abordar professores da escola em questão, a respeito do Projeto Político Pedagógico (PPP), não se percebe um entrosamento deles com este documento. Alguns não sabem de sua existência, outros sabem que ele existe, mas não participaram de sua construção. Cerca de 70% dos entrevistados relataram que tem PPP na escola, mas não o conhecem. 30% das entrevistadas conhecem o PPP e afirmam que ele tem mais de 10 anos e é da década de 90. Segundo eles, foi construído de forma coletiva, sendo seu eixo central o aluno e a aprendizagem. De início o eixo era a escola plural.

Com relação à temática da educação étnico-racial, deixou-se transparecer que não há uma obrigatoriedade, ou melhor, um maior incentivo para que os docentes trabalhem a temática. E não há uma inserção da mesma no Projeto Político Pedagógico para que ações sejam realizadas por todo o corpo docente ao longo do ano, envolvendo educação étnico-racial e de gênero. Cada professor trabalha a temática em suas disciplinas específicas e nas intervenções disciplinares diárias junto aos alunos como, por exemplo, intervindo diante de atitudes discriminatórias de um para com outro.

São desenvolvidas atividades em sala de aula através de livros literários e da biblioteca com livros com a temática do Kit-Afro. Algumas, durante a aula de história e a aula de artes, trabalham um livro de literatura do Kit-Afro. No mês de novembro exploram o dia da Consciência Negra. Houve quem afirmasse que é impossível abordar nossa história sem falar da contribuição do negro. Mesmo não tendo programação específica da escola, eles têm razão nas colocações de que, mesmo de forma individualizada ou por grupos de etapas dos ciclos, algo é feito ao longo do ano. São vários projetos que englobam a temática da História da África e cultura afro-brasileira.

Este estudo tende a voltar nosso olhar para o legado cultural africano que recebemos desde o século XVI e que pode nos proporcionar também uma maior valorização e reconhecimento das raízes de nossa cultura, bem como elevar a autoestima dos afrodescendentes que sofrem as consequências de manifestações preconceituosas em todos os seguimentos da sociedade.

Na E.M. Prof^o. Moacyr Andrade, não há certeza se se pode considerar que as ações que são realizadas contemplam os princípios norteadores da referida Lei, porque boa parte dos docentes não a conhece profundamente, ou nem mesmo conhecimento que permita desenvolver trabalhos mais consistentes.

Alguns professores tocam um pouco mais na temática das relações étnico-raciais, outros de forma mais periférica, outros parecem apaixonados pelo tema e estão sempre criando projetos novos para desenvolver um subtema, outros são receptivos, mas não sabem como articular ações que insiram história da África e cultura afrobrasileira no currículo escolar.

Ainda há aqueles que se recusam a trabalhar o tema, justificando ter sido imposto por lei, vindo de “cima para baixo” para se cumprir. Outros acham a temática e inserção no currículo interessante, porém polêmico para abordar em suas aulas, considerando melhor “não mexer”.

Creio que muitas razões podem estar por traz destas justificativas. Penso que uma razão possa ser para não se deparar com algumas realidades que incomodam. Pode-se esbarrar em questões identitárias, o que pode ser um complicador se não estamos preparados, porque para definir a identidade é preciso que eu me autodefinia para ajudar o outro a se definir. Outra razão pode ser por simples acomodação, melhor conservar o pensamento de que está tudo bem, que não convivemos com racismo na escola.

Para mim vai ser muito importante estudar história da África e das relações étnico-raciais, porque sei que a partir destes estudos, poderei fazer uma releitura de concepções que trago no decorrer de minha vida e que, com certeza, tem implicação em minha prática, no processo educacional, como mediadora de leitura e educadora que sou.

Em sua prática pedagógica, os professores trabalham questões voltadas para a implementação da Lei 10639/03 por meio da literatura e arte, explorando o dia da Consciência Negra. Muitos trabalham diariamente a partir de intervenções contra atitudes de discriminação em sala de aula, aproveitando a demanda que provém da própria interação entre os alunos. Quanto à materialidade, a escola possui o kit-afro enviado pelo FNDE, poucos vídeos e livros de apoio didático aos professores. Quem tem interesse pelo assunto procura pelo material.

A biblioteca divulga sua existência, inclusive foram realizados trabalhos com a literatura infantil do kit-afro com os alunos na biblioteca no momento da visitação da turma. Os livros mais trabalhados pelos professores são *As Tranças de Bintou*, de DIOUF, Sylviane; *O Amigo do Rei*, de ROCHA, Ruth; *O Menino Nito*, de ROSA, Sônia; *Bruna e a Galinha D'Angola*, de ALMEIDA, Gercilga de; *Cadê você Jamela?* De DALY, Niky; *O Cabelo de Lelê*, de BELÉM, Valéria; *Menina bonita do laço de fita*,

de MACHADO, Ana Maria; A Bonequinha preta, de OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de; Tanto Tanto, de COOKE, Trish; Doce Princesa Negra, de CIANNI, Solange; Diversidade, de BELINK, Tatiana; Histórias Africanas para Contar e Recontar de BARBOSA, Rogério Andrade. Com relação a filmes, são pouquíssimas opções na escola, principalmente voltados ao público infantil. A referência que se tem é: Kiriku e a Feiticeira, DE OCELOT, Michel; A Princesa e o Sapo, de MUSKER, John, CLEMENTES, Ron.

Alguns comentários e reflexões por parte dos professores a respeito do cotidiano escolar reforçaram a necessidade de um diálogo mais aberto acerca da Lei 10.639/03.

Professor A : Acho que falta uma maior troca de ideias entre os professores da escola. Ter contato com projetos e atividades desenvolvidas para maior aprendizagem. Existe muito projeto bom, mas não temos contato. Falta troca de experiência.

Professor B: Minha sugestão é que, em vez de focar forçadamente a história do negro no currículo escolar, deve-se contemplar todos os povos que em diversos momentos foram marginalizados e que contribuíram para o caminhar na nossa história e na história da humanidade.

Professor C: Elaboração de um calendário Nacional envolvendo todas as redes de ensino (público e particular).

Professor D: É importante que se crie um momento dentro de escola, para o conhecimento e a viabilização dessa lei, pois o trabalho ainda é carente.

Professor E: O respeito pelo "ser humano" é a solução para todo tipo de discriminação (contra negro, loiros, pobres, ricos, sobrepeso, etc.).

Professor F: Acredito que a minha condição de negra faz com que eu aproveite cada momento, cada texto, cada leitura para refletir, debater e comentar a condição do negro na sociedade. Mas esse movimento passa pelo pessoal, sendo de foro íntimo. E essa questão não pode ser trabalhada dessa forma quem quer faz e quem não sente na pele literalmente não faz. Há que se tornar esse trabalho funcional e para tanto é necessário conscientizar e ferramentar os professores, para que tenhamos embasamento teórico, subsídios pedagógicos para lidarmos com o assunto de forma profissional.

Com base nas respostas e contribuições oferecidas nesta pesquisa, percebo que são poucos os professores que de fato trabalham a temática da diversidade racial e cultural entre as pessoas no cotidiano escolar contemplando a Lei 10.639/03. Alguns por insegurança, medo e talvez até mesmo por indiferença, quando se trata de diversidade racial. Penso que a Lei 10.639/03 deve ser mais trabalhada na escola e incluída no currículo de forma sistemática.

Se houver mais diálogo sobre o tema, busca por conhecimento e troca de experiência por parte dos docentes, a questão da diversidade racial e cultural será incorporada na prática pedagógica. Após estas reflexões, senti a necessidade de dar minha contribuição pessoal neste processo. Percebi que não tem sentido provocar as pessoas levantando questões e não oferecer algo de positivo para melhorar os pontos que deixaram a desejar e reforçar as iniciativas que existem.

Pensei em levar à escola uma pessoa para fazer uma exposição sobre a Lei 10.639/03 e a importância de desenvolver ações que legitimem a inserção deste conteúdo no currículo escolar.

A educação é fator primordial na vida das pessoas, pois visa o ser humano em sua totalidade, incentivando-o a ser cidadão comprometido com valores que fazem com que ele se aceite, se assuma e respeite as diferenças que existem entre pessoas e grupos sociais.

As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais vêm lembrar que

após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades, para o acesso e a permanência nas escolas. (MEC, 2005 p.7)

De acordo com as Diretrizes Curriculares, o sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas em prol da reparação, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas, todos os alunos e professores precisam sentir-se valorizados. E este deve ser um trabalho bem articulado, envolvendo escola, políticas públicas, movimentos sociais, porque segundo as Diretrizes Curriculares, as mudanças étnicas, culturais, pedagógicas e políticas nas

relações étnico-raciais não se restringem à escola.

8. METODOLOGIA

As ações que desenvolvi na biblioteca são contação de histórias, reconto de histórias pelos alunos, oficinas a partir de leituras e reflexões sobre diferenças, registros por parte dos alunos através de desenhos sobre as obras trabalhadas, confecção de bonecos negros; exposição na escola dos desenhos e materiais confeccionados sobre o tema Racismo na Infância.

Com tudo isto, tenho a pretensão de que algo vai ficar marcado positivamente para alguém, e se assim for, vai interferir melhorando na qualidade da educação pública. Com certeza teremos crianças mais abertas e reflexivas e professores mais esclarecidos sobre a Lei 10.639/03, o que até então não parece ser a realidade da maioria, e uma vez esclarecidos, poderão desenvolver ações nesta direção.

Minha intenção é trabalhar a questão do racismo na infância, voltado para a diferença e diversidade, incentivando o respeito e a aceitação de si mesmo e do outro. Venho desenvolvendo encontros mensais com as crianças gerando algumas ações práticas: contação de histórias, dinâmicas, oficinas de confecção de bonecas e bonecos negros. Os encontros tiveram início em outubro de 2014, finalizando em março de 2015.

Iniciei minhas atividades com as crianças pela contação de história porque acredito que a leitura toca a criança de uma forma especial faz com que ela entre no mundo da fantasia, viva com a espontaneidade que lhe é própria e interaja com as questões desafiadoras que lhe são apresentadas de forma lúdica.

A primeira atividade realizada com as crianças foi com o livro *Diferentes: Pensando Conceitos e Preconceitos*, da autora Liana Leão. As crianças foram interagindo com a leitura, falando de sua experiência. Destacamos a cor, o cabelo, tamanho, gosto por cor, comida, brincadeira e eles foram se empolgando nos comentários, por um instante pareceu que eles estavam achando que era bonito ser diferente, pensar diferente.

Em seguida foi feito a dinâmica do presente com o espelho no fundo da caixa. A intenção foi motivá-los a valorização de si, a elevarem a estima, destacando que todos somos um presente maravilhoso, bonito de se ver, de se tocar. Que cada

presente visto é diferente e que cada um é muito importante na sua diferença. Foi muito interessante ver o rosto de cada um ao abrir a caixa presente e verem sua imagem refletida no fundo da caixa. Surpresa, alegria, admiração? Ao verem que era eles aquele presente maravilhoso e importante que tinha sido colocado.



Em outro momento, foi lido o livro *O Amigo do Rei*, de Ruth Rocha. Desta leitura surgiram reflexões sobre luta por direitos, acreditar no potencial, amizade, respeito ao outro, se colocar no lugar do outro para entendê-lo. As crianças, de maneira simples, falaram sobre seus amigos e sentiram felizes com a conquista da criança negra que confiava que um dia seria rei e viu este dia chegar. Fui surpreendida, ao final da história, porque eu pretendia fazer uma abordagem diferente para reflexão sobre a história, e eis que parte de uma das crianças uma manifestação do tipo “Gostei mais do loio”. Ao questioná-lo sobre seu gosto, ele respondeu “porque ele é branco”. Procurei ouvir as outras crianças sobre a mesma pergunta e fui então conduzindo a conversa para mostrar os valores das duas

crianças. Mais uma vez deu para confirmar como os pequenos também discriminam. Como disse aquela criança, ela só gostava mais do personagem loio porque ele era branco.



Atividades sobre o livro: O Amigo do Rei – Arquivo pessoal

Outra história lida foi *Meninas Negras*, de Madu Costa. Com a leitura foram apresentadas as três personagens, meninas negras, destacando a característica de cada uma, o que gerou um diálogo com as crianças que foram apontando o que achavam mais interessante em cada uma. Cada uma das meninas negras vive sua infância com alegria, leveza, entusiasmo que faz qualquer criança querer estar junto delas. Como atividade cada criança escolheu a menina com a qual mais se identificou, explicando o porquê da identificação, e pintando em seguida a imagem dela que foi oferecida. Uns se viram na menina que expressava pela dança, outros na menina que gostava de desenhar e outros se aproximaram mais da menina

sonhadora.



Atividades sobre o livro: Meninas Negras – Arquivo pessoal

Numa outra data foi trabalhada a história *Menina Bonita do Laço de Fita*, de Ana Maria Machado. De início foi realizada uma leitura interativa com as crianças; em seguida elas foram convidadas a confeccionar um boneco ou boneca pretos, conforme a escolha de cada um pelo gênero. Foi distribuída uma silhueta de boneco para levarem para casa para haver participação da família na atividade.

Como complemento desta atividade, as crianças criaram, também com ajuda da família, uma história para seu boneco, dando-lhe um nome, falando de coisas que ele gosta, como brincadeiras preferidas, comida predileta, etc. Foi encaminhado

um bilhete para os pais comunicando sobre as reflexões que estavam sendo realizadas com seus filhos sobre diversidade, relações étnico raciais e convidando-os a participarem da atividade na tarefa de casa.

As crianças com seus familiares abusaram da criatividade. Os bonecos negros ficaram maravilhosos usaram papel, retalho de tecido, botões, macarrão, *Bombril*, lã, entre outros. E nas histórias deu para perceber como alguns viam o boneco negro de certa forma como sofredor, pareciam ter pena, querendo dar outra sorte para ele. E outros que o viam como um bem sucedido desejando um futuro feliz e promissor.









E, para finalizar as atividades com as crianças, foi realizada uma exposição no pátio da escola com os materiais produzidos por elas: desenhos, bonecos negros, história dos bonecos, cartaz com resenha dos livros trabalhados com as crianças e fotos dos livros lidos. Algumas turmas da UMEI ligada à escola foram visitar a Sede e viram a exposição das crianças que contribuiriam com este trabalho. Aproveitando a visita delas à biblioteca da escola que é uma vez por mês, foi lida a história Menina Bonita do Laço de Fita, elas amaram e interagiram com a história.







O espaço e materialidade utilizados para a realização desse trabalho encontravam-se disponíveis na escola. Os espaços são: a biblioteca, o pátio e o auditório. E os materiais são: livros do kit-afro, papéis, lápis de cor, tinta, tecido, etc.



Livros mais trabalhados – Arquivo pessoal

9. CRONOGRAMA DAS AÇÕES

Quadro 3 - Cronograma

DATA	AÇÃO	OBJETIVOS	MATERIAIS
24/10/14	- Contação de história de forma interativa. Livro: Diferentes: Pensando Conceitos e Preconceitos da autora Liana Leão; - Dinâmica do presente	- motivar a percepção de que ser diferente é legal; - elevar a estima; - valorização de si.	- Livro - Caixa de presente
21/11/14	- do livro; O Amigo do Rei de Ruth Rocha; - Reflexões sobre amizade, respeito ao outro; - Reconto da história por desenho.	- incentivar o respeito ao outro; - incentivar a se colocar no lugar do outro para entendê-lo. - lutar por direitos	- Livro; - papel; lápis de cor
05/12/14	Contação de história do livro: Meninas Negras de Madu Costa; - Diálogo com a história; - Ilustração com a personagem que se identificou.	destacar a beleza - mostrar que cada pessoa tem suas características, o que torna diferente e belo.	- livro; - papel; - Lápis de cor.
10/02/15	- Contação de história do livro: Menina Bonita do Laço de Fita de Ana Maria Machado; - Em casa confecção de boneco ou boneca negros;	Ajudar a desconstruir a ideia de que o boneco belo é o branco de olhos azuis; - incentivar a criação de príncipes e princesas negras.	- materiais diversos; - material reciclável em geral; - tecido, papel. Botões, etc.

	- criação de uma história para o boneco criado.		
06/03/15	Finalização da ação com exposição de todo material confeccionado pelos alunos ao longo dos meses.	- Valorização da participação de cada um nas ações.	Todo material utilizado e produzido pelas crianças.

10. AVALIAÇÃO

À medida que fui desenvolvendo minha proposta de trabalho, fui avaliando minhas ações. Essa avaliação só encerrou quando todo o meu plano de ação tinha sido executado. Senti que amadureci no decorrer do curso, a cada disciplina aprendi elementos novos que foram ajudando na compreensão e elaboração do meu plano de ação.

Cada atividade desenvolvida com as crianças foi recebendo o *feedback* em relação ao tema trabalhado. No seu jeito simples e com a sinceridade que é própria da idade, elas deixaram transparecer seus sentimentos diante de situações de discriminação racial e mostram também quando o racismo parte delas, embora não tenham esta consciência.

A partir de relatos das crianças nas ações desenvolvidas, foi possível perceber que, na identificação que fazem com os personagens das histórias, elas colocam suas vidas, incorporam o personagem descrevendo situações vivenciadas no seu dia-a-dia. Sendo assim, não tem como dar por finalizada a ação, abre-se uma perspectiva para se pensar em outras intervenções futuras. Não é possível abandonar uma situação conflitiva após colocá-la em evidência.

Com tudo isso, tenho a pretensão de que algo vai ficar marcado positivamente para alguém. E se assim for, vai interferir melhorando na qualidade da educação pública. Com certeza teremos crianças mais abertas e reflexivas e professores mais esclarecidos sobre a Lei 10.639/03, o que até então, não parece ser a realidade da maioria, e uma vez esclarecidos, poderão desenvolver ações

nesta direção.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meus objetivos iniciais começam a ser vislumbrados. Após reflexões com as crianças sobre discriminação racial vejo que a ideia que tinha sobre a desconstrução das marcas do preconceito, originárias na família e na sociedade tem uma conotação diferente, aprendi que desconstruir não é eliminar, é dar um novo significado, e isto vai acontecendo gradativamente.

Para ajudar a promover a igualdade existem as ações afirmativas que são uma forma de combater o racismo e seus efeitos psicológicos na vida das pessoas negras. SILVA (2003) fala que uma das funções das ações afirmativas que visam introduzir mudanças culturais e de convivência entre os chamados “diferentes” na sociedade. E coloca, também, a questão da convivência entre os diferentes como introdutora de mudanças de ordem estrutural. A autora ainda acrescenta que tudo isto só faz sentido quando se desconstroem as estruturas da desigualdade.

As crianças precisam conviver a cada dia com palavras, gestos e atitudes que não reforcem o preconceito e a diferença. Se os adultos que se relacionam com elas tiverem uma postura diferente, com certeza elas crescerão com mais condições de encarar as situações de preconceito que lhes surgirem durante o percurso da vida, dando uma resposta otimista, com a estima elevada, de bem com a vida. Viverão com naturalidade, sem se sentirem acuadas, desprotegidas diante do preconceito e da ideia que o outro faz delas.

Para que crianças cresçam sem discriminar outras é necessário que, desde o berço, se percebam no ambiente familiar como pessoas livres, que se relacionam com respeito e igualdade de direitos. Que seja mostrada a realidade da diferença que existe entre as pessoas, o que não subtrai a dignidade e importância de ninguém. As crianças precisam crescer sabendo que todos têm lugar na sociedade, que temos e direito de ser felizes, de sonhar e lutar para conquistar nossos objetivos.

Só assim, elas saberão que as outras crianças gostam de brincar como elas, de sorrir como elas, têm desejo de colo como elas, de carinho das pessoas que amam como elas, sentem vontade de chorar quando são contrariadas da mesma maneira que elas. Com estes sentimentos, existe mais chances de termos,

futuramente, crianças menos preconceituosas. A discriminação pode dar lugar a um relacionamento mais respeitoso e amigável.

Diante da questão da discriminação racial na infância, o que de início choca, impulsiona-se para uma tomada de posição. Após visualizar determinadas cenas de discriminação, a inquietação é grande, faz pensar em como trabalhar por uma identidade mais positiva, promovendo ações em prol do respeito à diversidade étnico racial.

Se não é possível afirmar que o racismo na infância é inocente ou não. O fato é que ele existe e causa danos aos pequenos. O desafio é dar suporte para as crianças que são vítimas da discriminação racial se sintam “normais” como toda criança e consigam enxergar seus valores, seu espaço na sociedade e, à medida que forem crescendo, irão levantando seus questionamentos e buscando suas respostas. Além disso, é importante conscientizar aquelas que aprenderam a rejeitar e discriminar, a verem a diferença de forma positiva, e que se deve aprender a respeitar o outro como ele é.

12. REFERÊNCIAS

COSTA, Madu. **Meninas Negras**. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2010.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA E AFRICANA. Brasília: MEC, 2005. P. 7-13

FAZZI, Rita de Cássia. **O Drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. P. 87-110.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo**: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Revista Brasileira de Educação: Rio de Janeiro: nº21, set/ out/ nov/dez p. 40-51, dez. 2002.

História de Bairros [de] Belo Horizonte: Regional Venda Nova. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

KATZ, P. A.; Phyllis A. Development of children's Racial Awareness and Intergroup Attitudes In: KATZ, L. G. (ed). **Current topics in early childhood**. v.4 New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1982.

LEÃO, Liana. **Diferentes**: Pensando Conceitos e Preconceitos. São Paulo: Elementar, 2005. 32p.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de Fita**. Belo Horizonte: Saraiva, 1994.

PRAXEDES, Rosângela Rosa. **Educando contra o preconceito e a discriminação racial**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Série Caminhos da formação docente; coordenador Nelson Piletti) p. 13-14.

ROCHA, Ruth. **O Amigo do Rei**. São Paulo: Salamandra, 2009. 29 p.

SILVA, Cidinha. **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003. P. 20-21.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. **Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais e, educação e Lei 10.639/03**. GT.Didáticos/ n. 04. Disponível em: <http://www.30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT04-3068--Int.pdf>. Acesso em 15 mar. 2015.